

Sínodo da Amazônia: a ecologia integral e o cuidado com os povos indígenas

(Edvaldo Jericó Bezerra¹)

O Sínodo dos bispos, assembleia especial sobre a região panamazônica, se reuniu em Roma de 6 a 27 de outubro de 2019. A fase de preparação do Sínodo contou com a participação ativa de mais de 87 mil pessoas, das diferentes culturas e países que formam a Panamazônia, área cuja realidade é pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa, contando com mais de 33,6 milhões de habitantes, dentre estes, cerca de 2,5 milhões de indígenas. O Documento Final (DC²) definiu aquele Sínodo como um encontro fraterno, do qual participaram bispos, pastores da região, missionários e missionárias, leigos e leigas, e representantes dos povos indígenas, numa experiência de escuta que buscou discernir a voz do Espírito Santo, de modo a possibilitar à Igreja encontrar novas formas de presença, de evangelização e de diálogo na região (conf. DF, 1.3.4.6.23).

Na perspectiva sinodal, a Panamazônia é percebida como “terra de florestas e águas, pântanos e várzeas, savanas e serras”, e como “coração biológico” do qual brotam incontáveis formas de vida, especialmente inúmeros povos, muitos deles milenares, habitantes ancestrais do território, que, com suas línguas, crenças e aspirações, suas necessidades e esperanças, perfumam o continente latino-americano contra todos os sinais de desespero. Por outro lado, toda esta beleza encontra-se ferida, deformada, por ações humanas que teimam em transformar a região em lugar de dor e violência, ameaçando a sobrevivência de todo o ecossistema (conf. DF 2.41.57.65).

Dentre as ações maléficas, se destaca a ganância daqueles que tentam se apropriar das terras dos povos indígenas e das riquezas naturais da região, promovendo assassinatos, etnocídios e outras ações violentas que destroem a mata e a biodiversidade, que levam ao desaparecimento de povos originários e forçam famílias indígenas, afrodescendentes e camponesas a abandonarem seus territórios e a migrarem para as periferias das cidades, onde passam a viver em situação de injustiças sociais: pobreza, habitação precária e falta de trabalho; discriminação, lutas étnicas, perda da cultura original e da identidade; aumento do consumo de drogas e álcool; explosão de violências que vitimam as juventudes, dão lugar a feminicídios, exponenciam a população presidiária jovem e elevam os índices de suicídios juvenil e infantil (conf. DF 12.29.33.37.45.102).

Conquanto seja obrigação dos Estados nacionais demarcarem e protegerem as reservas indígenas, boa parte destes territórios não foram demarcados e os que o foram estão sendo invadidos ou encontram-se sob ameaças de invasão. Em contrário do que se devia esperar dos governantes, estes, muitas vezes, desenvolvem e apoiam megaprojetos insustentáveis, tais como grandes hidroelétricas, hidrovias, ferrovias e concessões florestais para exploração massiva de madeira, de monocultura e de mineração. Tais intervenções agravam ainda mais o preocupante quadro social amazônico, provocando outras graves consequências sociais: doenças derivadas da contaminação, narcotráfico, grupos armados ilegais, alcoolismo, violência contra a mulher, exploração sexual, tráfico humano, venda de órgãos, turismo sexual (conf. DF 10.45).

As queimadas e o desmatamento estão entre as mais graves ameaças à biodiversidade. Cerca de 17% da Floresta Amazônica já está devastada e esse número

crece assustadoramente a cada ano. No Brasil, esse problema se tornou ainda mais emblemático nos últimos anos, posto que, visivelmente, o governo nacional fez opção pela exploração predatória da floresta e o Presidente da República se posiciona abertamente contra os direitos dos povos indígenas. Quase sempre a depredação do território vem junto do derramamento de sangue inocente, da criminalização dos movimentos sociais e das lideranças que defendem o território, do assassinato das defensoras e defensores da Amazônia, da impunidade frente à violação dos direitos humanos e dos obstáculos à obtenção da justiça. É, pois, necessário reconhecer a gloriosa ação das/dos mártires da Amazônia e proteger a vida de tantas e tantos que, não obstante às ameaças e o constante risco de morte, se mantem firmes na luta (conf. DF 11.67.69).

A dramática situação de destruição da floresta amazônica e da vida dos povos ancestrais demonstra a “urgência do tema que conclama abrir novos caminhos para a Igreja no território” (DF, 1). Diante deste contexto, dado aos princípios evangélicos de defesa da dignidade da pessoa humana e do cuidado com a obra da criação, a Igreja se compromete com a defesa da vida, da terra e das culturas originárias, bem como com a denúncia dos projetos que afetam o meio ambiente e ameaçam a vida das comunidades indígenas. Precisa, pois, se colocar em posição de desaprender, aprender e reaprender a libertar-se dos modelos de evangelização colonialistas que tantos danos provocaram no passado e a rejeitar as práticas neocolonialistas que, no presente, tentam impor aos povos amazônicos modos de vida próprios de outros povos (conf. DF 46.47.55.78.81).

O Sínodo de 2019 pensou e propõe este compromisso como uma conversão integral, que principie por escutar a palavra de Deus e o grito dos povos e se disponha a encontrar novos caminhos de atuação a partir de quatro dimensões, pastoral, cultural, ecológica e sinodal. Por consequência, o papel da Igreja não pode se limitar a ações internas; em contrário, deve articular as ações intraeclesiais com efetiva presença nos espaços de construção de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida na Amazônia, tanto para os povos que vivem em seus territórios ancestrais quanto para as pessoas que foram forçadas a migrar para as cidades. As comunidades eclesiais de base (CEBs) têm um papel muito importante na garantia desta articulação – mas não só neste ponto, nem cabe somente a elas esta ligação, vez que a missão integral é papel de toda a Igreja (conf. DF 19.35.36.38).

Os novos caminhos da conversão pastoral se revelam a partir da convicção de que, na Panamazônia, caminhar quase sempre significa navegar, pastorear a partir dos rios e lagos que unem os territórios e possibilitam o encontro dos povos e suas crenças. Assim, a ação pastoral precisa unir/reunir os diversos esforços das equipes que acompanham e dinamizam a vida e a fé das comunidades, a partir do sincero e respeitoso diálogo ecumênico e inter-religioso, melhorando as relações entre cristãos das diversas confissões presentes no território e, especialmente, com as religiões indígenas e os cultos afrodescendentes (conf. DF 20.24.25.40).

A conversão é também cultural e gera capacidades como: conviver com o mundo dos povos originários, quilombolas, indígenas e seus mitos, narrativas, ritos, cantos, danças e expressões religiosas; reconhecer seus valores como reciprocidade, solidariedade e igualdade; perceber seu sentido comunitário, de família, de organização social e de serviço. O caminho passa por aprender com a visão integradora da realidade,

que percebe as profundas conexões entre tudo que foi criado, base do pensamento das comunidades indígenas. Assim, a práxis evangelizadora se vai distanciar do proselitismo e das práticas que destroem a cultura originária para afirmar a opção preferencial pelos povos indígenas, por uma igreja com rosto indígena, que reconheça o protagonismo de leigos e leigas e não busque clericalizar as irmandades, confrarias, grupos e organizações populares (conf. DF 41.44.53.54.56).

Reconhecer a existência do pecado ecológico estrutural como “ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, contra a comunidade e contra o meio ambiente”, bem como aceitar o protagonismo dos povos originários no cuidado com a Amazônia, dada a forma como se relacionam, amam, cuidam e protegem a mãe terra e a biodiversidade, são passos indispensáveis para a conversão a uma ecologia integral (conf. DF 68.74.76.79.80.82,101), também chamada ecopolítica. A propósito, o termo ecopolítica prevaleceu em votação por ocasião da XVII Assembleia Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular (XVII ANPJMP), ocorrida em Palmares, novembro de 2018, razão pela qual é ele que aparece no Plano Político Pastoral e Missionário da PJMP para 2019-2024 e demais documentos, textos e publicações da PJMP.

Na linha ecopolítica, o Sínodo apontou diversas atitudes necessárias, das quais destacamos: 1. conectar, sempre, o exercício do cuidado da natureza com o da justiça pelos mais empobrecidos e desfavorecidos da terra; 2. estimular a criação de um fundo mundial para apoiar iniciativas das comunidades que promovem seu desenvolvimento integral e autossustentável; 3. lutar por uma mudança cultural que elimine o consumo excessivo, reduza os níveis de emissão de dióxido de carbono, a dependência de combustíveis fósseis e o uso de plástico e descartáveis, em vista de uma sensibilidade ambiental que gere hábitos saudáveis e sustentáveis de alimentação, consumo, reaproveitamento e reciclagem; 4. fomentar um modelo de desenvolvimento em que os critérios comerciais não estejam acima do meio ambiente e dos direitos humanos, mas que, antes, se pautem nos princípios da economia solidária e sustentável, circular e ecológica, na cultura de paz e no respeito (conf. DF 66.73.75.77.83.84).

A sinodalidade, modo de ser da Igreja Primitiva, aponta para caminhar juntos, reunir-se em assembleia, valorizar a participação ativa de todas e todos na ação evangelizadora. O modelo sinodal está presente na eclesiologia do Concílio Vaticano II: Igreja, novo povo de Deus, com igual dignidade diante da diversidade de ministérios, carismas e serviços. A sinodalidade exige a superação do clericalismo em busca de formas de discernimento comunitário e de caminhos de decisão conjunta que valorize a participação do laicato, das mulheres, dos diáconos permanentes. Entre as ações propostas, a criação da Universidade Católica Amazônica e de um colegiado dos bispos que promova a sinodalidade na região, em articulação com o CELAM; o pleito para ordenação presbiteral de diáconos permanentes da região que possuem famílias e a expectativa de elaboração de um rito litúrgico amazonense (conf. DF 87.88.90.94.104-106.111.114-115.116-119).

No novo caminho de conversão integral, mais que ensinar, é preciso aprender com os povos originários da Panamazônia que durante milhares de anos cuidaram da sua terra, das suas águas e das suas florestas e conseguiram preservá-las até hoje. Converter-se passa, pois, por construindo um olhar inclusivo e uma educação pública intercultural e

bilíngue, voltada para a solidariedade, para a cultura do encontro e o cuidado da casa comum (conf. DF 14.42.59-60).

Vivemos tempos de dores, provocadas pela Sindemia da Covid-19, que tantas vidas está ceifando ao redor do mundo. No Brasil, estas dores estão agravadas por atitudes negacionistas que se aliaram ao coronavírus e estão promovendo um verdadeiro genocídio no país – 390.797 vidas perdidas até 25 de abril de 2021. Mais que em outras épocas, precisamos aprender com o “bem viver”, estilo de vida dos povos indígenas da Amazônia, que se caracteriza por “viver em harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo”, concretização do desejo de Jesus “de vida e vida em abundância para todos” (João 10,10).

Santa Maria da Boa Vista – PE, 25 de abril de 2021, Festa do Bom Pastor.

Notas:

1. Edvaldo Jericó Bezerra é leigo, educador popular, bacharel em teologia e atualmente compõe a Comissão Nacional de Assessoras e Assessores da PJMP.
2. DF: Documento Final do Sínodo dos Bispos, Assembleia especial para a Região Panamazônica, Amazônia: Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral.